

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Aécio sucederá Marconi Perillo no comando do PSDB

À frente do PSDB, Aécio nega ter sido “o ovo da serpente”

Onze anos depois de ter perdido para Dilma Rousseff as eleições de 2014 para presidente da República, o deputado Aécio Neves (PSDB-MG) retomou na quinta-feira (26) o comando do seu partido. Desde aquela derrota, a vida de Aécio ficou conturbada. O partido tomou outros rumos. Aécio viu-se envolvido nas denúncias feitas por Joesley Batista, da JBS, e mergulhou por

um tempo. Agora, retorna prometendo fazer com que o PSDB, que governou o país por oito anos com Fernando Henrique Cardoso, volte a ter a mesma relevância. Projeta eleger 30 deputados federais no ano que vem. E servir de contraponto à polarização entre o lulopetismo e o bolsonarismo. Mas aí vai precisar primeira se livrar de uma pecha que colocou nele.

Começo

Muitos atribuem à ação que Aécio Neves moveu no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra chapa de Dilma com Michel Temer “o ovo da serpente” que levou à tentativa de golpe que agora o Supremo Tribunal Federal (STF) julga, já tendo condenado o “núcleo crucial”.

Responsável

O Correio Político participou de entrevista dada por Aécio ao programa Direto de Brasília, do jornalista Magno Martins, da Folha de Pernambuco. E perguntou ao agora presidente do PSDB exatamente se ele se considera responsável pelo começo de tudo.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Dilma venceu Aécio nas eleições de 2014

“País das narrativas”, diz Aécio. Mas pediu auditoria

“O Brasil é o país das narrativas”, respondeu Aécio à pergunta do Correio Político. Segundo ele, às 20h15 do dia da eleição (26 de outubro de 2014), ele ligou para Dilma reconhecendo a sua vitória. “Como alguém que faz esse gesto contesta a eleição?”, questiona Aécio Neves. “Mas existiam dúvidas, como ainda há

dúvidas”, continua ele. Assim, ele reconhece que entre os pedidos feitos na ação estava uma auditoria que verificasse se existiam dúvidas quanto à confiabilidade das urnas eletrônicas, “para ver se havia algum mecanismo que permitisse manipulação”. Segundo Aécio, verificou-se que não havia tal hipótese.

Ilegalidades

“A verdade é que cometeram diversas ilegalidades para vencer aquelas eleições. Era isso o que a ação contestava, não o resultado”, diz Aécio. “As ações na Justiça, eu as faria de novo”, continua. “Agora, aconteceu o que temia: o país paralisou, Dilma inviabilizou-se”.

Física

“Poderia manter a urna com uma nota física acoplada a ela”, sugeriu Aécio. Ou seja, um voto impresso que ficaria depositado em uma urna de acrílico. “Isso poderia, depois, permitir uma verificação por amostragem do resultado”, propôs ele, na entrevista.

Urnas

O Correio Político perguntou a Aécio Neves se ele considera ou não confiáveis as urnas eletrônicas. “Acredito que as urnas eletrônicas são seguras”, respondeu ele. Mas sugeriu algo próximo ao que propunha a deputada Bia Kicis (PL-DF) em proposta de emenda.

Centro

Aécio afirma que assume o PSDB para colocar o partido no centro do debate político brasileiro. Como uma força que apareça como alternativa à polarização. Inclusive, não descarta a hipótese de lançar um nome se a disputa novamente convergir nesse sentido.



Alcolumbre nega que derrubadas foram retaliação

Congresso derrota Lula em vetos ambientais

Sessão comandada por Alcolumbre derrubou 56 dos 63 vetos

Menos de uma semana após o fim da COP30, o Congresso Nacional derrubou, nesta quinta-feira (27), 56 dos 63 vetos do presidente Lula (PT) à lei de licenciamento ambiental. O resultado é mais uma derrota para o governo no embate com o Legislativo.

Na Câmara, foram 268 votos para derrubar 24 vetos e 190 para mantê-los. No Senado, o placar foi de 50 a 18 pela derrubada. A sessão reuniu as duas Casas de forma conjunta. Um dos votos contrários na Câmara, porém, o de Eduardo Bolsonaro (PL-SP), foi posteriormente anulado, já que ele está no exterior.

Outros 28 vetos analisados de forma separada, a pedido do PT e do PSOL, também foram derrubados -- 95 a 167 na Câmara e 52 a 15 no Senado.

Licenciamento

O texto da lei de licenciamento ambiental flexibiliza etapas e amplia autorizações automáticas para obras e empreendimentos no país. Defensores afirmam que a lei simplifica o licenciamento, enquanto, para críticos, ela fragiliza a proteção ambiental – tem sido chamada de “PL da Devastação” por ambientalistas. A bancada ruralista é a principal fiadora da proposta.

O presidente da República tem o direito de vetar total ou parcialmente projetos aprovados pelo Legislativo. O Congresso, porém, pode rejeitar os vetos e fazer os projetos vigorarem da forma como foram aprovados.

O licenciamento é uma análise dos possíveis impactos ambientais para empreendimentos como obras, exploração de petróleo e minérios. As mudanças previstas podem impulsionar atividades de risco, como a mineração, obras de infraestrutura, do Novo PAC e a BR-319, e enxugam instrumentos de consulta a comunidades afetadas por estes empreendimentos.

Especial e Adesão

A lei cria instrumentos como a Licença Ambiental Especial (a chamada LAE), que permite ao governo classificar projetos considerados estratégicos para uma análise simplificada, mesmo com potencial alto de impacto.

Cria ainda a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), que dispensa avaliação individualizada para atividades de pequeno e médio porte. A proposta também isentaria setores inteiros do licenciamento, como áreas do agronegócio e saneamento, reduziria a participação de comunidades afetadas e limitaria a proteção de territórios indígenas e quilombolas apenas

José Cruz/Agência Brasil



Indicação de Messias para STF no centro da crise

aos já homologados ou titulados.

Em agosto, Lula vetou 63 pontos da lei. Na quarta-feira (26), véspera da votação, o governo divulgou uma nota elencando os objetivos dos vetos, entre eles “proteger o meio ambiente em todos os biomas, bem como a saúde da população brasileira”.

“O Governo do Brasil agiu dessa forma considerando o preocupante cenário de desastres climáticos extremos, que impõem riscos às famílias, à economia e ao meio ambiente. A eventual derrubada dos vetos pode trazer efeitos imediatos e de difícil reversão”, diz o texto.

Adiamento

Há ainda sete vetos à lei de licenciamento que não foram apreciados nesta sessão e que tratam da LAE, patrocinada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). O adiamento foi acordado entre governo e oposição, já que a LAE também está em análise em uma medida provisória em tramitação.

A medida foi, inclusive, editada pelo governo em agosto como forma de atender a parte das reivindicações do Congresso, em uma espécie de contrapartida aos vetos. Na ocasião, o governo também apresentou um novo projeto de lei para rediscutir os pontos mais sensíveis do licenciamento.

A LAE permite ao governo federal escolher projetos, por meio de um conselho político, que passam a ter prioridade no processo de licenciamento. O modelo pode acelerar projetos considerados estratégicos, como a exploração da Foz do Amazonas, autorizada em outubro.

Crise

A derrota do governo nesta quinta é mais um reflexo da atual crise entre o Palácio do Planalto e a cúpula da Câmara e do Senado. Na quarta, tanto Hugo Motta (Republicanos-PB) quanto Alco-

lumbre faltaram ao ato de sanção da isenção do Imposto de Renda, explicitando o desgaste político.

O presidente da Câmara rompeu relações com o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), o que agravou a tensão na relação com o governo e ameaça a agenda do Executivo. Já Alcolumbre foi contrariado por Lula na escolha de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF), o que já desencadeou retaliações, como a aprovação de uma pauta-bomba no Senado.

A crise com a cúpula do Legislativo deu força para parlamentares que já vinham pressionando pela rejeição dos vetos.

Na sessão, Alcolumbre fez um discurso para se defender de críticas que disse ter recebido por ter pautado a análise dos vetos e negou que se trate de retaliação ao governo.

“Deliberar sobre vetos presidenciais é parte essencial do processo legislativo. Qualquer tentativa de transformar isso em disputa política desconsidera o papel institucional do Congresso Nacional. A votação desse veto não é um gesto político isolado, é uma necessidade institucional”, disse.

Ainda segundo Alcolumbre, a análise dos vetos era necessária antes da votação das outras propostas que tratam de licenciamento. “Votar esse veto é fundamental para destravarmos o tema do licenciamento ambiental como um todo, estabilizando o marco legal, dando previsibilidade jurídica e permitindo que o Congresso avance nas demais matérias.”

A avaliação do governo é a de que a derrubada dos vetos logo após a COP é especialmente prejudicial. Na leitura dos governistas, o Planalto buscou ceder e atender ao Congresso em relação ao licenciamento ambiental, pois, apesar dos vetos, ofereceu uma medida provisória e um novo projeto sobre o tema.

“Da parte do governo, nós consideramos lamentável a derrubada desses vetos, que enfraquece a legislação ambiental brasileira. Vulnerabiliza os nossos ecossistemas, sobretudo a mata atlântica. O governo vai continuar persistindo sobretudo nos temas constitucionais, que sejam preservados conforme o que foi vetado pelo presidente, se for o caso até recorrendo à Justiça”, disse o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP).

Judicialização

Agora, os governistas apostam na pressão da sociedade contra o resultado e não descartam que haja judicialização também por parte de entidades da sociedade civil.

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou, nas redes, que a derrubada dos vetos “contradiz o esforço ambiental e climático do governo que acaba de realizar a COP 30”.

No plenário, o deputado Ivan Valente (PSOL-SP) afirmou que a derrubada dos vetos vai levar à judicialização, além de “expor o Brasil à vergonha internacional”. Já o líder do PL na Câmara, Sôstenes Cavalcante (RJ), comemorou a “lavada” tomada pelo governo, em suas palavras.

Um dos principais pontos defendidos pelo Congresso era o de que o projeto dava maior autonomia para que órgãos ambientais de estados e municípios pudessem criar suas regras de licenciamento. No entanto, especialistas consideram que o texto criava insegurança jurídica ao permitir regras concorrentes entre os diferentes entes federativos.

A lei ainda permite a emissão da licença mesmo para empreendedores com o CAR (Cadastro Ambiental Rural) pendente. Dispositivos do texto ainda revogam trechos da Lei da Mata Atlântica e beneficiam empreendimentos na região Norte.

A legislação também restringe as áreas protegidas que devem ser consideradas na análise ambiental apenas às Terras Indígenas homologadas (fase final da demarcação) e Territórios Quilombolas titulados (oficializados), excluindo processos de regularização em andamento.

Porém, quando julgou o Código Florestal, em 2018, a maioria do STF decidiu “declarar a inconstitucionalidade” de um dispositivo que criava exatamente esta mesma limitação.

Caio Speechoto, Carolina Linhares e Victoria Azevedo (Folhapress)